
Relatório e Contas

AADID - Associação dos
Amigos das
Deficiências
Intelectuais e
Desenvolvimentais

2016

Conteúdo do Relatório e Contas¹

> Relatório de Atividades	3
> Balanço	7
> Demonstração dos resultados por natureza	8
> Demonstração dos Fluxos de Caixa	9
> Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais	10
> Anexo	12
> Controlo Orçamental	23
> Notas de enquadramento ao Controlo Orçamental	24
> Parecer do Conselho Fiscal	25

¹ Este documento encontra-se redigido de acordo com o novo acordo ortográfico.

> Relatório de Atividades

do período findo em 31 de dezembro de 2016

1. Apresentação da Entidade

A ADDID - Associação dos Amigos das Deficiências Intelectuais e Desenvolvimentais com o NIF/NIPC 510347282 é uma instituição sem fins lucrativos, com sede na Rua D. Agostinho de Jesus e Sousa s/nº 4000-015 Porto. Tem como atividade apoiar pessoas com deficiências intelectuais e desenvolvimentais, e suas famílias, visando a integração social e comunitária, de acordo com os princípios expressos na convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência. Foi constituída no Cartório Notarial a cargo da Notária Maria do Rosário da Costa Gomes, no Porto no dia 30.07.2012. A respetiva escritura foi publicada no portal da justiça em 03.08.2012. Foi aprovada e registada como IPSS na Direção Geral da Segurança Social e reconhecida como pessoa coletiva de utilidade pública, no dia 21.07.2014, tendo o seu registo sido lavrado com a inscrição 25/14, considerando-se efetuada em 11.07.2013.

2. Atividade desenvolvida

2.1. Durante o ano de 2016, tivemos duas prioridades fundamentais:

A primeira, foi prosseguir e dar estabilidade e qualidade à Unidade Terapêutica.

A segunda, foi a criação das condições para a adaptação das instalações e a obtenção do licenciamento da atividade, pela Segurança Social, de um Centro de Atividades Ocupacionais. No que respeita a esta última, parece-nos oportuno descrever os passos realizados: foi elaborado um **Projeto de Arquitetura** pelo "Gabinete de Arquitetos António Lencastre Pinto e João Paulo Barbosa", o qual foi apresentado prévia e pessoalmente em reunião realizada em 05/04/2016, à Arquiteta do **Núcleo de Apoio a Programas (NAP) da Segurança Social**, responsável pela avaliação.

Este projeto foi previamente avaliado pelos serviços competentes da **Câmara Municipal do Porto- Direção Municipal de Finanças**, à qual foi pedida uma autorização para a realização das referidas obras. Posteriormente, em 17/05/2016, o projeto foi apresentado à **Direção Municipal do Urbanismo da Câmara Municipal do Porto**, com o objetivo de nos ser dada a "Isenção de Licença Camarária" para as obras. A resposta, foi positiva, em finais de julho 2016.

De acordo com as orientações da arquiteta do NAP, o projeto foi reformulado e entregue na Segurança Social no dia 1 de agosto de 2016.

Através de parecer técnico comunicou, posteriormente, a necessidade de reformulação do projeto.

Foi realizada nova reunião com o NAP, em 12/10/16, tendo sido discutidas e acertadas as correções necessárias.

Em 20/10/16, foi entregue a versão reformulada do projeto na Segurança Social.

A aprovação do projeto foi dada em 08 /11/2016.

Simultaneamente, em 12/10/16, foi realizada também reunião com a Dra. Alexandra Soares, jurista do Núcleo de Respostas Sociais da Segurança Social, para avaliar da necessidade da resposta CAO por parte dos Serviços da Segurança Social, tendo a direção da AADID sido informada que a resposta é necessária. No entanto, fomos informados de que não é possível prever a data de celebração do acordo de cooperação.

2.2. Dados mais significativos do exercício de 2016

- **Associados:** em 2016, a AADID contou com um corpo associativo de 117 associados, tendo as receitas provenientes de quotas e joias atingido um valor de 2.877,50€.
- **Donativos:** o valor de donativos de associados e amigos não associados foi de 3.789,37€
- **Outros dados:**
 - O Projeto realizado pelo Gabinete Técnico de Arquitetura teve um custo de 4.500,00€, dos quais 4.000,00€ foram pagos em 2016.
 - A AADID foi convidada a fazer parte do CLASP (Conselho Local de Ação Social do Porto) tendo sido formalmente aceite no Plenário do CLASP de 13 de junho de 2016.
 - A AADID procedeu em dezembro de 2016 à eleição dos novos Corpos Sociais, conforme previsto nos Estatutos.

2.3. A Unidade Terapêutica

A Unidade Terapêutica prosseguiu a sua atividade, com 14 jovens, que foram atendidos a tempo completo pelos técnicos da Unidade, quer em terapias com um valor mensal de 290€ (terapia da fala, fisioterapia, terapia ocupacional, psicologia, motricidade e apoio educativo especializado), quer em apoios socioeducativos.

De salientar que um dos jovens não pagou qualquer valor, aguardando aprovação do subsídio por parte da Segurança Social.

Foi assegurada a alimentação aos 14 jovens, com m valor médio mensal de 60€.

Foi assegurado o transporte a 6 jovens, no valor de 60,00 € mensais, sendo que, apenas dois dos jovens, fazem uma viagem diária (30,00 € mensais).

A Unidade assegurou ainda aulas de natação adaptada, duas vezes por semana, na piscina Solinca Dragão, cujo valor médio mensal foi de 50€.

A Unidade manteve a parceria com o Serviço Educativo da Fundação de Serralves, que os jovens frequentaram uma a duas vezes por mês.

A Unidade iniciou uma parceria com o Serviço de Apoio Social da Câmara Municipal do Porto, para a participação em aulas de golfe adaptado.

Toda a atividade foi essencialmente suportada financeiramente pelos pais dos jovens, tendo a Segurança Social apoiado apenas 3 jovens.

A Unidade Terapêutica apoiou durante alguns meses dois jovens, que não frequentavam a Unidade e ainda em idade escolar em Terapia da Fala (de setembro a julho) e iniciou o apoio em Terapia da Fala (uma vez por semana) a uma menina que frequenta o ensino regular, cujo valor médio por sessão foi de 25€.

Nas férias da Páscoa e nas férias grandes, foi prestado apoio sócio educativo a 2 jovens em idade escolar, cujo valor médio diário foi de 20€.

A Unidade Terapêutica tem ao seu serviço, em tempo parcial:

- 2 Terapeutas Ocupacionais;
- 1 Fisioterapeuta;
- 1 Técnico Superior de Reabilitação e Motricidade;
- 1 Terapeuta da Fala;
- 1 Motorista;

A tempo completo:

- 1 Assistente administrativa.

A tempo completo e em regime de voluntariado:

- 1 Diretora técnica que acumula funções com a atividade de Psicóloga;
- Técnica Superior de Educação Especial e Reabilitação.

A Unidade Terapêutica organizou:

- A Festa de Carnaval;
- Um piquenique num parque da cidade;
- A Festa de S. João;
- 15 dias de praia;
- A visita a uma quinta de uma associada com piquenique e apanha de frutos;
- O Magusto;
- A Festa de Natal;
- A Venda de Natal;
- O Jantar Solidário de Natal;
- O Convívio da Primavera;
- A Feirinha de Primavera, abertos a todos os associados e amigos da AADID.

Participou ainda numa atividade pedagógica no Museu de Serralves - pintura de azulejos, bem como visitas temáticas diversas.

Organizou também uma rifa de um serviço de jantar, para angariação de fundos.

Foram ainda, organizadas atividades de angariação de fundos, como a venda de sacas de compras e bolsas térmicas impressas com o logotipo da AADID.

A Unidade Terapêutica manteve ativa durante o ano uma Oficina de Culinária, que realizou várias atividades, entre as quais compotas para as vendas de Natal e Primavera.

A Unidade Terapêutica participou com 4 Trabalhos (um deles coletivo) no CRIDEM - iniciativa destinada a divulgar obras de artes de jovens com deficiências, tendo obtido um prémio (Menção Honrosa).

2.4. Conclusão

O ano de 2016 constituiu um exercício em que a AADID pode avaliar, no concreto, os seguintes aspetos:

A Unidade Terapêutica revelou ser um motor importante para a atividade da AADID:

- Pelo número e qualidade das iniciativas,
- Pelo funcionamento da resposta terapêutica que forneceu,
- Pelos fundos que angariou.

A vida associativa demonstrou ser uma enorme mais-valia, pelo diálogo que fomentou nas assembleias gerais e nas atividades realizadas.

As autarquias, nomeadamente a Câmara Municipal do Porto e a Junta de Freguesia do Bonfim foram os organismos mais sensíveis às necessidades da AADID.

A Unidade Terapêutica só tem podido funcionar pelo apoio diário das duas voluntárias com funções de Diretora Técnica e de Técnica Superior de Educação Especial e Reabilitação, que asseguram a organização, a coordenação e o apoio técnico direto.

3. Agradecimentos

A Direção da AADID, aproveita esta oportunidade para agradecer a todas as pessoas e entidades que connosco se relacionaram, nomeadamente, associados, restantes membros dos órgãos sociais e entidades públicas que acolheram com agrado o nosso projeto.

Porto, 9 de março de 2017.

A Vice-Presidente da Direção,



Maria de Fátima Oliveira Mesquita

> Balanço

BALANÇO INDIVIDUAL (Modelo ESNL)		Valores em euro	
Período findo em 31 de dezembro de 2015		2016	2015
	notas		
Ativo			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	4	17.362,45	21.091,23
Investimentos financeiros		14,70	-
		<u>17.377,15</u>	<u>21.091,23</u>
Ativo corrente:			
Clientes	11	316,00	350,00
Adiantamentos a fornecedores	11	8,00	154,96
Estado e outros entes públicos	11	501,46	-
Diferimentos	11	430,52	76,33
Caixa e depósitos bancários	11	37.515,63	19.179,87
		<u>38.771,61</u>	<u>19.761,16</u>
Total do Ativo		56.148,76	40.852,39
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Resultados transitados	11	21.991,95	5.444,28
Outras variações nos fundos patrimoniais	11	14.347,43	17.703,67
		<u>36.339,38</u>	<u>23.147,95</u>
Resultado líquido do período		15.833,80	16.547,67
		<u>52.173,18</u>	<u>39.695,62</u>
Total do fundo de capital		52.173,18	39.695,62
Passivo			
Passivo não corrente:			
		-	-
Passivo corrente:			
Estado e outros entes públicos	11	177,71	16,04
Diferimentos	11	1.575,00	-
Outras contas a pagar	11	2.222,87	1.140,73
		<u>3.975,58</u>	<u>1.156,77</u>
Total do passivo		3.975,58	1.156,77
Total dos fundos patrimoniais e do Passivo		56.148,76	40.852,39

A Vice-Presidente da Direção,



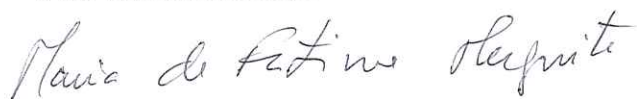
O Contabilista Certificado,



> Demonstração dos resultados por natureza

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL		Valores em euro	
DOS RESULTADOS POR NATUREZA (Modelo ESNL)			
Período findo a 31 de dezembro de 2015	notas	2016	2015
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados	8	66.341,45	17.444,50
Subsídios, doações e legados à exploração	16	3.789,37	10.420,62
Fornecimentos e serviços externos	16	(57.065,33)	(11.613,61)
Gastos com o pessoal	12	(3.009,04)	-
Outros rendimentos e ganhos	16	10.260,87	2.734,88
Outros gastos e perdas	16	(754,74)	(2.065,90)
Resultados antes de dep., gastos de financ.e impostos		19.562,58	16.920,49
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	(3.728,78)	(372,82)
Resultado operacional (antes de gastos de financ. e impostos)		15.833,80	16.547,67
Resultado antes de impostos		15.833,80	16.547,67
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		15.833,80	16.547,67

A Vice-Presidente da Direção



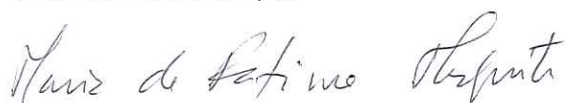
O Contabilista Certificado,



> Demonstração dos Fluxos de Caixa

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		2016	2015
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		66.375,45	17.094,50
Pagamentos a fornecedores		56.918,37	11.756,57
Pagamentos ao pessoal		1.895,04	
Caixa gerada pelas operações		7.562,04	5.337,93
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		10.788,42	1.457,74
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		18.350,46	6.795,67
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis			3.480,70
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros		14,70	
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(14,70)	(3.480,70)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)			10.420,62
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		18.335,76	13.735,59
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		19.179,87	5.444,28
Caixa e seus equivalentes no fim do período		37.515,63	19.179,87

A Vice-Presidente da Direção,





O Contabilista Certificado,



> Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2016									
Montantes expressos em Euro									
MOVIMENTOS NO PERÍODO	Notas	Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	TOTAL
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	6	5.444,28	0,00	0,00	0,00	0,00	17.703,67	16.547,67	39.695,62
Alterações do período:									
Primeira adopção do referencial contabilístico									
Alterações de políticas contabilísticas									
Diferenças de conversão de dem.financeiras									
Realização do exced.revalor.AFT e AI									
Exced.revalor.AFT e AI e respectivas variações									
Ajustamentos por impostos diferidos									
Outras alterações reconhecidas no CP									
	7	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período	8								15.833,80
Resultado extensivo	9 = 7+8								15.833,80
Operações com instituidores no período:									
Fundos		-5.444,28			5.444,28		-3.356,24	15.833,80	
Subsídios, doações e legados									
Outras operações					16.547,67			-16.547,67	
	10	-5.444,28	0,00	0,00	21.991,95	0,00	-3.356,24	-713,87	0,00
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2016	6+7+8+10	0,00	0,00	0,00	21.991,95	0,00	14.347,43	15.833,80	52.173,18
Legenda: AFT = Activo Fixo Tangível AI = Activo Intangível CP = Capital Próprio									
A Vice-Presidente da Direção <i>Maria do Espírito Santo</i>									
O Contabilista Certificado <i>MTT</i>									

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2015									
Montantes expressos em Euro									
MOVIMENTOS NO PERÍODO	Notas	Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	TOTAL
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015	6	5.444,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.444,28
Alterações do período:									
Primeira adopção do referencial contabilístico									
Alterações de políticas contabilísticas									
Diferenças de conversão de dem.financeiras									
Realização do exced.revalor.AFT e AI									
Exced.revalor.AFT e AI e respectivas variações									
Ajustamentos por impostos diferidos									
Outras alterações reconhecidas no CP									
	7	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período	8								16.547,67
Resultado extensivo	9 = 7+8								16.547,67
Operações com instituidores no período:									
Fundos									
Subsídios, doações e legados							17.703,67		
Outras operações								16.547,67	
	10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.703,67	16.547,67	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2015	6+7+8+10	5.444,28	0,00	0,00	0,00	0,00	17.703,67	16.547,67	39.695,62
Legenda: AFT = Activo Fixo Tangível AI = Activo Intangível CP = Capital Próprio									
<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div> A Vice-Presidente da Direção  </div> <div> O Contabilista Certificado  </div> </div>									

> Anexo

do período findo a 31 de dezembro de 2016

(Modelo ESNL)

1 – Identificação da Entidade

A ADDID - Associação dos Amigos das Deficiências Intelectuais e Desenvolvimentais com o NIF/NIPC 510347282 é uma instituição sem fins lucrativos, com sede na Rua D. Agostinho Jesus e Sousa s/nº 4000-015 Porto. Tem como atividade apoiar pessoas com deficiências intelectuais e desenvolvimentais, com idades inferiores aos seis anos e superiores aos dezasseis anos e suas famílias, visando a integração social e comunitária, de acordo com os princípios expressos na convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência. Foi aprovada e registada como IPSS na Direção Geral da Segurança Social e reconhecida como pessoa coletiva de utilidade pública, no dia 21.07.2014, tendo o seu registo sido lavrado com a inscrição 25/14, considerando-se efetuada em 11.07.2013.

2 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 – Referencial Contabilístico adotado.

Em 2016, as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho.

Pelo despacho 262/2015-XIX do senhor Secretário dos Assuntos Fiscais de 16 de julho, publicado no DR 2ª série de 29 de julho de 2015, foi homologada a NCRF-ESNL. Esta norma substituiu a NCRF-ESNL constante do Aviso 6726-B/2011 publicada no DR 2ª série, nº 51 de 14 de março de 2011.

2.2 – Indicação e justificação das disposições na normalização contabilística para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas.

Não foram derogadas quaisquer disposições contabilísticas para as ESNL.

2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior bem como das quantias relativas o período anterior que tenham sido ajustadas.

Não existem contas do balanço ou da demonstração dos resultados que não sejam comparáveis com as do exercício anterior.

3 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.

3.1 – Principais políticas contabilísticas:

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "*Devedores e credores por acréscimos*" e "*Diferimentos*"

3.1.3 Consistência de Apresentação


As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.



3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente.

Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação.
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2 – Alterações nas políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NC-ESNL. Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados sempre que possa ser medido de forma fiável.

3.3 – Alterações nas estimativas contabilísticas

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade não tendo a entidade intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

3.4 – Correções de erros de períodos anteriores

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas das demonstrações financeiras apresentadas.

3.5 - Adoção pela primeira vez da NC-ESNL (divulgação transitória)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 01.01.2013.

4 - Ativos fixos tangíveis:

4.1. Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis

Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Problema 111

Ativos Fixos Tangíveis	Número de anos
Equipamento básico	5 a 10 anos
Equipamento transporte	5 anos
Equipamento administrativo	3 anos
Outros ativos	4 anos

4.2. Reconciliação da quantia escriturada bruta e a depreciação acumulada no início e no fim do período

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO PERÍODO EM ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS						
DESCRIÇÃO		Equipamento básico	Equip. de transp.	Equip. administ.	Outros AFT	Total
1	Quantia bruta escriturada inicial	9.030,70	10.000,00	650,00	1.783,35	21.464,05
2	Depreciações acumuladas iniciais	150,95	166,67	18,05	37,15	372,82
3	Perdas por imparidade acumuladas iniciais					0,00
4	Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 – 3)	8.879,75	9.833,33	631,95	1.746,20	21.091,23
5	Movimentos do período: (5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4 + 5.5 + 5.6)	-1.066,29	-2.000,00	-216,65	-445,84	-3.728,78
5.1	Total das adições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adições	Aquisições em 1.ª mão					0,00
	Aquisições através de concentrações de actividades empresariais					0,00
	Outras aquisições					0,00
	Estimativa de custos de desmantelamento e remoção					0,00
	Trabalhos para a própria entidade					0,00
	Acréscimo por revalorização					0,00
	Outras					0,00
5.2	Total das diminuições	1.066,29	2.000,00	216,65	445,84	3.728,78
Diminuições	Depreciações	1.066,29	2.000,00	216,65	445,84	3.728,78
	Perdas por imparidade					0,00
	Alienações					0,00
	Abates					0,00
	Outras					0,00
5.3	Reversões de perdas por imparidade					0,00
5.4	Transferências de AFT em curso					0,00
5.5	Transferências de/para activos não correntes detidos para venda					0,00
5.6	Outras transferências					0,00
6	Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	7.813,46	7.833,33	415,30	1.300,36	17.362,45
7	Quantia da garantia de passivos e/ou titularidade restringida					0,00

5 - Ativos intangíveis:

Não aplicável.

6 - Custos de empréstimos obtidos:

Não aplicável.

7 - Inventários:

Não aplicável.

8 - Rendimentos e gastos**8.1. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante os períodos**

Em 31.12.2016 e 2015, foram reconhecidos os seguintes réditos, conforme segue:

Rubricas	31-12-2016	31-12-2015
Réditos reconhecidos no período:		
Vendas de Bens	0,00	0,00
Prestação de Serviços	66.341,45	17.444,50
Juros	0,00	0,00
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00

9 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Não aplicável.

10 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Não aplicável.

11 - Instrumentos financeiros**11.1 - Fundos patrimoniais**

Nos "fundos patrimoniais", ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-01-2016	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-12-2016
Fundos				0,00
Excedentes técnicos				0,00
Reservas				0,00
Resultados transitados	5.444,28	16.547,67		21.991,95
Excedentes de revalorização				0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	17.703,67		3.356,24	14.347,43
Total	23.147,95	16.547,67	3.356,24	36.339,38

11.2 - Caixa e depósitos bancários

A rubrica "caixa e depósitos bancários" a 31.12.2016 e 2015, encontrava-se com o seguinte saldo:

Descrição	2016	2015
Caixa	114,96	0,00
Depósitos à ordem	37.400,67	19.179,87
Outros depósitos bancários		
Total de caixa e depósitos bancários	37.515,63	19.179,87

11.3 - Clientes, fornecedores, outras contas a pagar e outras contas a receber

O saldo da rubrica "*clientes, fornecedores, fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados, membros, outras contas a receber e outras contas a pagar*", em 31.12.2016 e 2015 encontravam-se com os seguintes saldos:

Descrição	31-12-2016			31-12-2015		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Ativos:						
Clientes	316,00	0,00	316,00	350,00	0,00	350,00
Adiant. a Fornecedores	8,00	0,00	8,00	154,96	0,00	154,96
Total do Ativo	324,00	0,00	324,00	504,96	0,00	504,96
Passivos:						
Outras contas a pagar	1.108,87	0,00	1.108,87	1.140,73	0,00	1.140,73
Total do Passivo	1.108,87	0,00	1.108,87	1.140,73	0,00	1.140,73

11.4 - Estado e outros entes públicos

O saldo da rubrica "*estado e outros entes públicos*" em 31.12.2016 e 2015 apresentava os seguintes valores:

	31-12-2016			31-12-2015		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Estado e outros entes públicos						
Activos						
Imposto sobre o valor acrescentado	501,46		501,46			0,00
Total	501,46	0,00	501,46	0,00	0,00	0,00
Passivos						
Imposto sobre o rendimento			0,00			0,00
Retenção de impostos sobre rendimentos	83,63		83,63	16,04		16,04
Contribuições para a segurança social	88,78		88,78			0,00
Outras tributações	4,90		4,90			0,00
Total	177,31	0,00	177,31	16,04	0,00	16,04

11.5 - Diferimentos

O saldo da rubrica "*diferimentos*" em 31.12.2016 e 2015 apresentava os seguintes saldos:

Descrição	31-12-2016			31-12-2015		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Diferimentos						
Activos						
Gastos a reconhecer	430,52		430,52	76,33		76,33
Total	430,52	0,00	430,52	76,33	0,00	76,33
Passivos						
Rendimentos a reconhecer	1.575,00		1.575,00			0,00
Total	1.575,00	0,00	1.575,00	0,00	0,00	0,00

12 - Benefícios dos empregados

12.1 - Número de médio de empregados

PESSOAS AO SERVIÇO E HORAS TRABALHADAS		
Descrição	Número médio de pessoas	Número de horas trabalhadas
Pessoas ao serviço da empresa, remuneradas e não remuneradas:	1	3480
Pessoas REMUNERADAS ao serviço da empresa	1	494
Pessoas NÃO REMUNERADAS ao serviço da empresa	0	0
Pessoas ao serviço da empresa, por tipo de horário:		
Pessoas ao serviço da empresa a TEMPO COMPLETO	1	494
Das quais: Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo completo	1	494
Pessoas ao serviço da empresa a TEMPO PARCIAL	0	0
Das quais: Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo parcial	0	0
Pessoas ao serviço da empresa, por sexo:		
Homens	0	
Mulheres	1	494
Pessoas ao serviço da empresa, das quais:		
Pessoas ao serviço da empresa, afectas à Investigação e Desenvolvimento	0	
Prestadores de serviços	6	2986
Pessoas colocadas através de agências de trabalho temporário	0	

Os gastos com o pessoal durante o exercício de 2016 foram os que constam do quadro anexo.

GASTOS COM O PESSOAL	
Descrição	Valor
Gastos com o pessoal	3.009,04
Remunerações dos órgãos sociais	0,00
Das quais: Participação nos lucros	0,00
Remunerações do pessoal	2.981,05
Das quais: Participação nos lucros	0,00
Benefícios pós-emprego	0,00
Prémios para pensões	0,00
Outros benefícios	0,00
Dos quais:	
Para planos de contribuições definidas - órgãos sociais	0,00
Para planos de contribuições definidas - outros	0,00
Indemnizações	0,00
Encargos sobre remunerações	1,20
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	26,79
Gastos de acção social	0,00
Outros gastos com pessoal	0,00
Dos quais:	
Gastos com formação	0,00
Gastos com fardamento	0,00

A entidade recebeu um apoio da segurança social de isenção de contribuições por trinta e seis meses, tendo a obrigação de manter o posto de trabalho pelo período de 60 meses.

Revisite
111

12.3 - Número de membros dos órgãos diretivos e alterações ocorridas no período de relato financeiro e Informação sobre as remunerações dos órgãos diretivos

Órgãos diretivos até 30.12.2016

Membros da Direção	
Nome	Cargo
Maria Manuela Veloso de Sousa M. S. Aguiar	Presidente
Maria de Fátima Oliveira Mesquita	Vice-Presidente
Hermínia Maria Dantas Carneiro	Secretária
Henrique Jorge Antunes Marques	Tesoureiro
Maria Isabel Serrano dos Santos	Vogal

Membros do Conselho Fiscal	
Nome	Cargo
Ricardo Nuno Garcia Gonçalves	Presidente
Pedro Miguel Marques Silva Aires	Secretário
João de Brito Graça Alves de Sousa	Relator

Membros da Mesa da Assembleia Geral	
Nome	Cargo
Bernardo José Portela Vilas Boas	Presidente
Maria Inês de Brito da Cruz Graça	1º Secretário
Inês Dantas Carneiro Gonçalves	2º Secretário

Órgãos diretivos a partir de 30.12.2016

Membros da Direção	
Nome	Cargo
Maria Manuela Veloso de Sousa M. S. Aguiar	Presidente
Maria de Fátima Oliveira Mesquita	Vice-Presidente
Hermínia Maria Dantas Carneiro	Secretária
José Manuel Marques Vilela	Tesoureiro
Maria Cláudia Martins A. Marques Teixeira	Vogal

Membros do Conselho Fiscal	
Nome	Cargo
Pedro Miguel Marques Silva Aires	Presidente
Ricardo Nuno Garcia Gonçalves	Secretário
João de Brito Graça Alves de Sousa	Relator

Membros da Mesa da Assembleia Geral	
Nome	Cargo
Bernardo José Portela Vilas Boas	Presidente
Maria Inês de Brito da Cruz Graça	1º Secretário
Manuel Joaquim Gonçalves da Rocha	2º Secretário

Nenhum dos membros dos órgãos diretivos da AADID, são remunerados a qualquer título, desenvolvendo todos eles trabalho voluntário em prol da instituição.

13 - Acontecimentos após a data do balanço

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas para emissão pela Direção no dia 09.03.2017, as quais posteriormente serão remetidas à Assembleia-geral, que poderá solicitar a sua retificação, ou proceder à sua aprovação.

Desde a data de encerramento das contas do período findo em 31 de dezembro de 2016, até à presente data, não ocorreram eventos subsequentes que tenham efeitos materialmente relevantes sobre as Demonstrações Financeiras, ou que mereçam divulgação.

14 - Agricultura

Não aplicável.

15 - Divulgações exigidas por outros diplomas legais:

15.2 - Outras divulgações exigidas por diplomas legais

A Direção informa que a Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de outubro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

16 - Outras divulgações:

16.1 - Subsídios, doações e legados à exploração

O saldo da rubrica "*subsídios de outras entidades, doações, heranças e legados*", em 31.12.2016 e 2015, encontravam-se com os seguintes saldos:

Descrição	2016	2015
Subsídios de outras entidades		
Doações		
Heranças		
Legados		
Donativos	3.789,37	10.420,62
Total	3.789,37	10.420,62

Os valores constantes da rubrica doações, referem-se especificamente aos valores doados em numerário. As doações em espécie (equipamento, ferramentas e viaturas) efetuadas pela Sociedade M. E. Veloso & C^a, Lda. foram registadas na conta # 594, da classe de fundos patrimoniais, de acordo com a nota de enquadramento às contas específicas das ESNL. Anualmente deverá ser transferido numa base sistemática para a conta # 7883, à medida que foram contabilizadas as depreciações do ativo a que respeitam.

16.2 - Fornecimentos e serviços externos

O saldo da rubrica "fornecimentos e serviços externos", em 31.12.2016 e 2015, encontravam-se com os seguintes saldos:

Fornecimentos e serviços externos	2016	2015
Serviços especializados	33.193,00	8.763,96
Trabalhos especializados	6.694,42	1.292,24
Publicidade e propaganda	49,20	0,00
Vigilância e segurança	2.017,09	300,90
Honorários	17.205,88	1.896,37
Conservação e reparação	3.177,84	3.616,04
Serviços Bancários	26,00	15,60
Outros Serviços Especializados	4.022,57	1.642,81
Materiais	10.665,10	1.210,15
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	426,70	531,91
Livros e documentação técnica	94,27	0,00
Material de escritório	858,90	117,59
Outros	9.285,23	560,65
Energia e fluidos	4.735,63	1.103,30
Electricidade	741,53	0,00
Combustíveis	3.304,39	1.007,40
Água	687,19	95,90
Outros	2,52	0,00
Deslocações, estadas e transportes	1.532,46	0,00
Deslocações e estadas	1.532,46	0,00
Serviços diversos	6.939,14	536,20
Rendas e alugueres	360,20	90,00
Comunicação	1.335,64	160,24
Seguros	761,56	21,81
Contencioso e notariado	190,00	0,00
Limpeza, higiene e conforto	3.411,72	73,95
Outros serviços	880,02	190,20
Total	57.065,33	11.613,61

16.3 - Outros gastos e perdas

O saldo da rubrica "outros gastos e perdas", em 31.12.2016 e 2015, encontravam-se com os seguintes saldos:

Outros Gastos e Perdas	2016	2015
Impostos	694,72	2.000,00
Quotizações	60,00	60,00
Outros não especificados	0,01	5,90
Total	754,73	2.065,90

16.4 - Outros rendimentos e ganhos

O saldo da rubrica "outros rendimentos e ganhos", em 31.12.2016 e 2015, encontravam-se com os seguintes saldos:

Outros Rendimentos e Ganhos	2016	2015
Descontos de pronto pagamento obtidos		12,00
Outros rendimentos não especificados	6.904,63	2.443,20
Imputação de subsídios para investimentos	3.356,24	279,68
Total	10.260,87	2.734,88

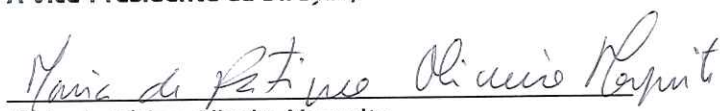
16.5 - Investimentos financeiros

O saldo da rubrica "investimentos financeiros", em 31.12.2016 e 2015, encontravam-se com os seguintes saldos:

Descrição	31-12-2016		31-12-2015	
	Não corrente	Total	Não corrente	Total
Activos:				
Fundos de Compensação	14,70			
Total líquido	14,70	14,70	0,00	0,00

Porto, 9 de março de 2017.

A Vice-Presidente da Direção,


 Maria de Fátima Oliveira Mesquita

O Contabilista Certificado,


 Henrique Jorge Antunes Marques

> Controlo Orçamental

Código das Contas	Designação	Orçamento Anual	Balancete Dez/16 (Real)	Variação (Orçamento - Real)
7	Rendimentos	128.288,91	80.391,69	-47.897,22
72	Prestações de serviços	117.440,00	66.346,45	-51.093,55
722	Quotizações e jóias	2.000,00	2.897,50	897,50
725	Serviços	14.640,00	14.361,95	-278,05
7251	Mensalidades (CAO)	0,00	0,00	0,00
7252	Mensalidades (Unidade Terapêutica)	100.800,00	49.087,00	-51.713,00
75	Donativos e Subsídios	10.848,91	3.784,37	-7.064,54
752	Estágio-Emprego IEFP	5.848,91	0,00	-5.848,91
753	Donativos	5.000,00	3.784,37	-1.215,63
78	Outros rendimentos e ganhos	0,00	10.260,87	10.260,87
788	Outros	0,00	10.260,87	10.260,87
6	Gastos	106.671,38	60.829,11	-45.842,27
62	Fornecimentos e serviços externos	96.125,80	57.065,33	-39.060,47
622	Serviços especializados	59.012,36	33.193,00	-25.819,36
6221	Trabalhos especializados	5.634,00	6.694,42	1.060,42
6222	Publicidade e propaganda	0,00	49,20	49,20
6223	Vigilância e segurança	723,24	2.017,09	1.293,85
6224	Honorários	37.655,12	17.205,88	-20.449,24
6226	Conservação e reparação	15.000,00	3.177,84	-11.822,16
6227	Serviços bancários	0,00	26,00	26,00
6227	Outros serviços especializados	0,00	4.022,57	4.022,57
623	Materiais	22.630,80	10.665,10	-11.965,70
6231	Ferramentas e utensílios	1.000,00	426,70	-573,30
6232	Livros e documentação técnica	0,00	94,27	94,27
6233	Material de escritório	2.000,00	858,90	-1.141,10
6238	Alimentação utentes	19.630,80	9.285,23	-10.345,57
624	Energia e fluidos	7.680,00	4.735,63	-2.944,37
6241	Electricidade	2.400,00	741,53	-1.658,47
6242	Combustíveis	4.800,00	3.304,39	-1.495,61
6243	Água	480,00	689,71	209,71
625	Deslocações estadas e transportes	500,00	1.532,46	1.032,46
6251	Deslocações e estadas	500,00	1.532,46	1.032,46
626	Serviços diversos	6.302,64	6.939,14	636,50
6261	Rendas	360,00	360,20	0,20
6262	Comunicação	840,00	1.335,64	495,64
6263	Seguros	1.754,88	761,56	-993,32
6265	Contencioso e notariado	0,00	190,00	190,00
6267	Limpeza, higiene e conforto	3.197,76	3.411,72	213,96
6264	Despesas de representação	150,00	0,00	-150,00
6268	Outros serviços	0,00	880,02	880,02
			0,00	0,00
63	Gastos com o pessoal	10.045,58	3.009,04	-7.036,54
632	Remunerações do pessoal	7.070,85	2.981,05	-4.089,80
635	Encargos sobre remunerações	2.874,73	1,20	-2.873,53
636	Seguros de acidentes de trabalho	100,00	26,79	-73,21
68	Outros gastos e perdas	500,00	754,74	254,74
681	Impostos	300,00	694,72	394,72
6881	Impostos indiretos/taxas	300,00	694,72	394,72
688	Outros	200,00	60,02	-139,98
6888	Outros não especificados	200,00	60,02	-139,98
	Excedente Orçamental	21.617,53	19.562,58	-2.054,95

> Notas de enquadramento ao Controlo Orçamental

O orçamento para 2016 foi construído e pensado nas diversas rubricas de gastos e rendimentos, de acordo com o plano de ação que na altura pareceu ser o mais adequado e possível de ser implementado, para o período de 2016. Prevvia-se o alargamento do Centro Ana Sullivan a mais utentes e a possibilidade de uma adaptação ou para uma Unidade de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social de Pessoas com Deficiência- UAARPD (CAARPD), de acordo com a Portaria nº 60/2015 da Segurança Social, ou, para uma Unidade de Apoio Ocupacional- UAO (CAO). Apesar de este projeto ter avançado ao longo do ano 2016 o mesmo não foi concretizado nem concluído em 2016. Assim os valores constantes do orçamento para 2016, uma vez que previam um número de utentes de cerca de vinte e quatro, a realidade do ano cifrou-se numa média de doze utentes. Devido a este facto, os rendimentos e os gastos incorridos no ano foram proporcionais ao número de utentes que frequentaram o Centro Ana Sullivan.

No entanto e pela análise da execução orçamental a mesma foi superavitária, tendo gerado um excedente orçamental de quase 20.000,00 €. A grande maioria dos desvios que aconteceram deveram-se à situação acima identificada com o não crescimento de utentes que se encontrava pensado para 2016. Sabendo que os recursos financeiros da AADID são bastante escassos, foi possível através de uma gestão orçamental e financeira muito competente controlar os gastos, não efetuando gastos desnecessários e ao mesmo tempo, rentabilizar ao máximo, os rendimentos obtidos pela entidade. A entidade foi capaz, através do trabalho e criatividade dos seus órgãos sociais, colaboradores, sócios e utentes, diversificar algumas fontes de receita, nomeadamente através de angariações de fundos, que tiveram um peso substancial no total das receitas de cerca de 12%.

Com o condicionalismo do número de utentes que diminuíram a possibilidade de a obtenção de mais receitas, não foi possível à entidade iniciar durante o ano 2016 os investimentos planeados, nomeadamente ao nível da remodelação e adaptação das instalações da Associação, de modo a poder proporcionar melhores condições aos colaboradores e utentes e ao mesmo tempo possibilitar uma candidatura de um CAO à Segurança Social.

Concluindo: A execução orçamental foi sempre devidamente controlada ao longo do ano 2016, tendo tido um desempenho muito positivo, tendo em conta a escassez de recursos financeiros. Espera-se que este rigoroso cumprimento do orçamento anual seja uma política constante dos órgãos sociais da AADID.

> Parecer do Conselho Fiscal

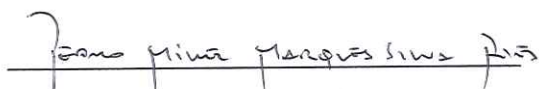
Analisados os documentos (relatório de atividades e contas para o ano de 2016) que nos foram apresentados pela Direção, verificou-se que os mesmos se encontram organizados sob a melhor técnica de execução, quer a nível descritivo quer a nível contabilístico.

Tendo sido efetuada uma exposição atenta e uma visualização minuciosa do relatório e contas, e após as explicações fornecidas quer pela Direção, quanto ao Relatório de atividades e no que concerne às demonstrações financeiras, concluiu-se tratar-se de documentos que apontam para a veracidade de toda a atividade desenvolvida pela Instituição.

Assim, decidimos dar o nosso parecer favorável ao relatório de atividades e contas do exercício de 2016, propondo a sua aprovação.

Porto, 9 de março de 2017.


O Conselho Fiscal,



Pedro Miguel Marques Silva Aires



Ricardo Nuno Garcia Gonçalves



João de Brito Graça Alves de Sousa